

**PAUTA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA**

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na reunião que ocorrerá no dia **03/6/2025**, às **10h**, na sala de reuniões, deliberará sobre as seguintes matérias:

1 – PL n. 578/2024

Autor: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

A medida determina o atendimento prioritário das pessoas com epilepsia em postos, caixas, guichês de repartições públicas, instituições financeiras e no transporte coletivo.

2 – PL n. 128/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

O projeto cria o Observatório do Câncer no Estado, a fim de monitorar, analisar e divulgar dados sobre o número de casos diagnosticados e as intervenções terapêuticas ou cirúrgicas para o tratamento do câncer.

As informações obtidas servirão para subsidiar a formulação e o aprimoramento de políticas públicas na área de oncologia.

3 – PL n. 127/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

O projeto assegura atendimento prioritário aos pacientes com câncer na realização de exames, consulta e procedimentos pelo Sistema Único de Saúde.

De forma a garantir a efetividade do direito, a proposta obriga a observância de alguns procedimentos pela Secretaria de Saúde, assim como: a) realização de exames em prazo não superior a 30 dias; b) início do tratamento em até 60 dias, contados do diagnóstico; c) plataforma digital para o acompanhamento do processo; d) canais de atendimento com publicação, a cada três meses, acerca do tempo médio de espera dos pacientes, além de outros.

4 - PL n. 18/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

O projeto cria o programa de incentivo à leitura nas escolas públicas do estado, com o objetivo de promover a formação de leitores competentes e críticos capazes de interpretar e interagir com diferentes tipos de texto.

Nos termos da proposta, os alunos deverão ler um livro por mês, no mínimo, escolhido dentre aqueles constantes de uma lista de obras recomendadas pela Secretaria Estadual de Educação.

5 - PL n. 118/2025

Autor: Deputada Dirce Heiderscheidt (MDB)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

A proposta cria o Programa de enfrentamento ao assédio e à violência políticos contra a mulher no Estado.

De acordo com a proposta, será considerado assédio político a pressão, perseguição ou ameaça cometida por pessoa ou grupo, diretamente ou por terceiros, com o propósito de reduzir ou impedir as funções inerentes ao cargo ou função pública.

Já por violência política entendem-se as condutas ou agressões físicas, verbais, psicológicas e sexuais cometidas, de igual modo, com a finalidade de obstar o desempenho de cargo público, função pública ou exercício de direito.

Serão considerados nulos os atos praticados por mulheres em situação de assédio ou violência políticos e determinada a instauração de procedimento administrativo para a responsabilização do autor, desde que haja concordância da mulher-vítima para a última hipótese.

6- PL n. 223/2025

Autor: Deputado Mário Motta (PSD)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

A proposta cria o Programa Aluno Presente com a finalidade de reduzir o abandono e a evasão nas escolas da rede pública estadual de ensino.

Para tanto deverão ser identificados os alunos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e enviadas mensagens semanais informando a importância da frequência escolar e os eventos escolares, além do oferecimento de suporte nas dificuldades acadêmicas e sociais.

7 - PL n. 219/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

A proposta cria áreas públicas destinadas ao estacionamento de veículos de transporte de cargas no entorno das zonas portuárias e logísticas do Estado.

Os estacionamentos mencionados deverão ser implantados em terrenos de propriedade do Estado e a sua gestão incumbirá à Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade.

A medida busca conferir uma resposta concreta às crescentes demandas do setor logístico, contribuindo para a modernização da malha de transporte e redução de impactos sociais e ambientais que atualmente têm sido provocados pelo estacionamento irregular de caminhões em vias públicas.

8 - PL n. 39/2025

Autor: Deputado Marquito (PSOL)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

O projeto cria a política de arborização, a ser implantada pelos órgãos ambientais do Estado, com a finalidade de mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

A arborização urbana é um dos mecanismos de planejamento e execução de políticas públicas urbanas e ambientais que contribuem para: diminuição das ilhas de calor; contenção, escoamento e drenagem de águas de chuva torrenciais; segurança hídrica, alimentar e habitacional; qualidade do ar; além de outros aspectos para a saúde e bem-estar da população.

9 - PL n. 151/2025

Autor: Deputado Padre Pedro (PT)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

O projeto determina às escolas públicas do Estado que capacitem os seus profissionais de educação em primeiros socorros, a ser ministrada pelo Corpo de Bombeiros Militar ou Voluntário.

A capacitação deverá ser renovada a cada 2 anos e sempre que houver substituição dos profissionais já habilitados por outros que não participaram do curso.

10 - PL n. 234/2025

Autor: Deputado Júlio Garcia (PSD)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A proposta equipara a Síndrome da Dor Regional Complexa (SDRC) à deficiência, para fins da Lei n. 17.292/2017.

A doença é caracterizada por dor desproporcional à lesão inicial, podendo estar acompanhada de alterações sensitivas, motoras, autonômicas, tróficas e vasomotoras.

Já tendo sido reconhecida na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde sob o código CID G56.4, a moléstia exige abordagem multidisciplinar e o fornecimento de medicamento muitas vezes restritos, como opióides e canabinoides.

11 - PL n. 243/2025

Autor: Deputado Matheus Cadorin (PL)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

O projeto isenta os guardas municipais do pagamento de taxas estaduais relativas à emissão de alvarás para o porte de arma e aquisições de placas e coletes balísticos necessários ao desempenho da função.

12 - PL n. 462/2024

Autor: Deputado Zé Caramori (PSD)

Relator: Deputado Maurício Peixer (PL)

A medida assegura a participação mínima de 30% do município nos lucros obtidos com a venda de imóveis de propriedade do Estado, nos casos em que o ente municipal proceder à reversão antecipada do respectivo imóvel.

13 - PL n. 533/2024

Autor: Deputado Oscar Gutz (PL)

Relator: Deputado Maurício Peixer (PL)

O projeto cria o Fundo Estadual Para Prevenção, Proteção e Defesa Agropecuária Contra Calamidades – FUNDEAGRO, a ser utilizado para o financiamento de obras e ações contra os eventos climáticos ou sanitários adversos.

Os recursos financeiros do mencionado fundo serão constituídos por dotações orçamentárias do Estado, doação de organismos ou entidades nacionais ou estrangeiras, além dos rendimentos auferidos em decorrência da aplicação do patrimônio próprio.

Além de serem destinados à realização de obras necessárias para impedir a perda da produção agropecuária, os recursos do fundo poderão ser destinados à concessão de subsídios para os produtores agropecuários afetados pelos eventos climáticos.

14 - PL n. 149/2025

Autor: Deputado Jeferson Cardozo (PL)

Relator: Deputado Maurício Peixer (PL)

O projeto institui a Política Estadual de Prevenção ao Abandono e Evasão Escolar.

Por abandono escolar entende-se a situação em que o aluno deixa de freqüentar as aulas durante o ano letivo, mas retorna no ano seguinte; já por evasão escolar, entende-se o abandono escolar ou a reprovação do aluno sem renovação da matrícula no ano seguinte.

Dentre as medidas a serem adotadas pelas escolas, estão: o desenvolvimento de programas e ações de articulação entre órgãos públicos para a formação de competências socioemocionais dos alunos; atividades que aproximem os alunos de suas famílias e de seus planos do futuro; aprimoramento dos currículos complementares voltados à integração educacional e tecnológica; incentivo à reflexão sobre o projeto de vida dos alunos; promoção de aulas de reforço nos casos em que houver necessidade.

15 - PL n. 552/2024

Autor: Deputado Soratto (PL)

Relator: Deputado Maurício Peixer (PL)

A proposta altera o Código Estadual do Meio Ambiente (Lei n. 14.675/2009), dispensando a autorização do órgão ambiental competente para a execução de obras de interesse da Defesa Civil – em caráter urgente – necessárias à prevenção, mitigação e resposta de acidentes e desastres em área urbanas e rurais, desassoreamento e dragagem.

16 - PL n. 61/2025

Autor: Deputado Junior Cardoso (PTB)

Relator: Deputado Maurício Peixer (PL)

A medida autoriza os municípios catarinenses a proceder à retirada compulsória de pessoas em situação de rua, desde que obedecidos critérios técnicos e legais para o encaminhamento a programas de capacitação profissional, reinserção social e assistência psicossocial.

A proposta detalha as formalidades a serem observadas, tais como a abordagem prévia realizada por equipe multidisciplinar; a elaboração de relatório técnico individualizado, justificando a necessidade da medida e indicando medidas alternativas de atendimento; comunicação ao Ministério Público e ao Poder Judiciário acerca da abordagem e o recolhimento das pessoas; encaminhamento a centros de acolhimento a capacitação profissional, sejam eles públicos ou conveniados, que ofereçam suporte à reinserção social.

Estão especificados, ainda, dos direitos aos quais as pessoas recolhidas da rua terão acesso: cursos de capacitação em áreas demandadas no mercado; programas de ressocialização visando à autonomia; atendimento médico, psicológico e social, conforme a necessidade de cada indivíduo; apoio para o ingresso no mercado de trabalho, por meio de parcerias com a iniciativa privada.

17 - PL n. 34/2024

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Alex Brasil (PL)

O projeto proíbe o uso de aparelhos celulares e outros dispositivos eletrônicos pelos alunos nas unidades escolares públicas e privadas no estado dentro da sala de aula, fora da sala quando houver explanação de conteúdo pelo professor ou realização de trabalhos individuais, bem como durante os intervalos, incluído o recreio.

O uso será permitido somente após o fim da última aula do dia, desde que fora da sala de aula, e quando houver autorização expressa do professor regente para fins pedagógicos, alunos com deficiência ou portadores de condições de saúde que necessitem de dispositivos de monitoramento e, ainda, quando houver autorização expressa da equipe gestora da unidade escolar por motivos de força maior.

18 - PL n. 514/2024

Autor: Deputado Sérgio Guimarães (UNIÃO BRASIL)

Relator: Deputado Deputado Alex Brasil (PL)

A medida garante a matrícula de irmãos na mesma unidade escolar da Rede Estadual de Educação, sempre que solicitado pelos alunos.

19 - PL n. 14/2022

Autor: Bancada Feminina

Relator: Deputado Deputado Alex Brasil (PL)

A medida estabelece princípios e diretrizes para a criação de programas reflexivos para autores da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Dentre as medidas, está o encaminhamento dos autores da violência doméstica aos grupos reflexivos da assistência social ou de saúde pelo prazo de seis meses

20 - PL n. 141/2025

Autor: Deputado Lunelli (MDB)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

O projeto permite o uso da técnica denominada “Retrofit” nos imóveis em desuso e degradados pertencentes ao patrimônio do Estado de Santa Catarina.

Essa técnica consiste na recuperação e modernização dos sistemas operacionais e prediais de propriedade do Estado, com ou sem o aumento da área construída, transformando os edifícios e os tornando mais eficientes, seguros, salubres, e funcionais.

21 - PL n. 147/2025

Autor: Deputado Fernando Krelling (MDB)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

O projeto assegura o acesso e permanência do responsável legal durante o período de adaptação de crianças com deficiência e crianças neurodivergentes nas escolas públicas e privadas do Estado.

A medida se mostra necessária tendo em vista que a transição do ambiente familiar para o escolar representa um grande desafio para essas crianças, com frequência resultando em níveis elevados de ansiedade e crises emocionais, sendo fundamental a presença dos familiares para a facilitação do processo adaptativo.

22 - PL n. 184/2025

Autor: Deputado Rodrigo Minotto (PDT)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

O projeto institui o programa estadual de educação em tempo integral no Estado, assegurando aos estudantes atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de lazer, além de apoio psicossocial.

A educação em tempo integral consiste na permanência do aluno da escola em jornada ampliada, com a inclusão de conteúdos curriculares e atividades complementares.

23 - PL n. 222/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A proposta cria o programa de simulados de emergência no Estado, com o objetivo de capacitar a comunidade escolar para agir de modo eficaz em situação de risco, tais como incêndios, desastres naturais, ameaças externas, dentre outras.

A execução do programa ocorrerá em coordenação com a Secretaria da Defesa Civil e o Corpo de Bombeiro Militar.

As escolas deverão elaborar planos de evacuação e cronogramas dos simulados, a serem realizados em número mínimo de 2 por ano.

24 - PL n. 249/2025

Autor: Comissão de Assuntos Municipais

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A medida determina a correção dos memoriais descritivos e mapas que estabelecem as divisas entre os municípios do Estado (Lei n. 13.993/2007).

Ana Cláudia Torret Rocha

Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Coordenadoria das Comissões



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

(48) 3221-2576

Michelle Dias

Jornalista Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-3112